



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA, TRABALHO E REDAÇÃO

Parecer nº 178/2023

Referência: Processo nº 1.120/2023

Assunto: Projeto de Lei nº 062, de 10 de julho de 2023

Autor (a): Poder Executivo Municipal

Assinado por: Antônia Eliene Liberato Dias – Prefeita Municipal de Cáceres/MT

I - RELATÓRIO:

O Projeto de Lei nº 062, de 10 de julho de 2023, que *“Altera a Lei nº 2.396, de 29 de novembro de 2013, que autoriza o Poder Executivo a aderir ao Programa Mais Médicos e dá outras providências.”*.

Este é o Relatório.

II – DO VOTO DO RELATOR – CONVERSÃO DO VOTO EM DILIGÊNCIA:

Trata-se de Projeto de Lei nº 062, de 10 de julho de 2023 de autoria do Poder Executivo Municipal, representado pela Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias, que *“Altera a Lei nº 2.396, de 29 de novembro de 2013, que autoriza o Poder Executivo a aderir ao Programa Mais Médicos e dá outras providências.”*.

Na Exposição de Motivos foi informando pela Autora do Projeto de Lei, o seguinte:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

“Mensagem relativa ao Projeto de Lei nº 062, de 10 de julho de 2023

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal, de Cáceres, Mato Grosso:

Senhores Vereadores:

É nosso dever encaminhar aos ilustres membros do Poder Legislativo Cacerense, o Projeto de Lei nº 062, de 10 de julho de 2023, que Altera a Lei nº 2.396, de 29 de novembro de 2013, que autoriza o Poder Executivo a aderir ao Programa Mais Médicos e dá outras providências, anexo.

A gestão municipal identificou a necessidade de promover a atualização da Lei Municipal nº 2.396/2013, que autorizou o Poder Executivo a aderir ao Programa Mais Médicos, ao mesmo tempo em que estabeleceu o pagamento de auxílio moradia e auxílio alimentação para os profissionais médicos do Programa. Ocorre que, no decorrer dos últimos 10 (dez) anos, o Programa Mais Médicos passou por inúmeras alterações e mudança em seu formato original, inclusive, com alteração dos valores pagos a título de auxílios.

Portanto, a Lei nº 2.396/2013 está defasada neste sentido, pois estabelece o pagamento de R\$ 600,00 (seiscentos reais) a título de auxílio moradia e até R\$ 630,00 (seiscentos e trinta reais) a título de auxílio alimentação, muito distante dos valores hoje praticados, que podem variar de R\$ 500,00 (quinhentos reais) a R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), a depender de cada caso, sendo que em nosso município, o valor médio a ser pago é de R\$ 2.550,00 (dois mil e quinhentos e cinquenta reais).

Essa variação acontece devido a cada edital do programa, do Ministério da Saúde, inovar em algum aspecto, sendo que o último alterou as obrigações quanto ao teto dos auxílios.

Assim, vislumbrando um futuro de outras possíveis alterações e visando evitar revisões periódicas na legislação, é que apresentamos a essa Egrégia Corte o Projeto de Lei 062/2023, que estabelece o pagamento dos auxílios



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁ CERES

aos profissionais, permitindo, concomitantemente, que a regulamentação dos valores a serem pagos seja feita via decreto municipal, tornando flexível o cumprimento dos pagamentos e a atualização da tabela de valores, sempre que houver atualização ou alteração dos mecanismos de pagamento pelo Governo Federal.

Para instrução do presente, a fim de subsidiar a análise dos nobres edis, encaminhamos a documentação, incluindo os editais vigentes do citado Programa, nos quais possuímos e/ou viremos a possuir profissionais médicos vinculados relacionada a seguir, anexa:

- Lei nº 2.396, de 29 de novembro de 2013;
- Edital nº 4, de 14 de abril de 2023;
- Edital nº 10, de 30 de maio de 2023;
- Edital nº 11, de 16 de junho de 2023.

Quanto ao pedido de apreciação do PL em caráter de urgência, justifica-se em razão de que, somente depois da aprovação do presente Projeto de Lei por essa Colenda Câmara, poderá efetivar-se as atualizações e adequações necessárias ao Programa Mais Médico, de grande alcance social, que propiciará a disponibilização de um maior número profissionais médicos, para atendimento da comunidade cacerense.

Ante ao exposto, solicitamos aos membros do Legislativo cacerense que deliberem e aprovem o Projeto de Lei 062/2023, nos termos do Regimento Interno dessa Casa, em caráter de urgência urgentíssima.

Ao ensejo, externamos os votos de elevada estima e distinta consideração.
ODENILSON JOSÉ DA SILVA Prefeito de Cáceres em exercício

Analisando detidamente o texto de lei apresentado temos que foram alterados os seguintes artigos:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁ CERES

“PROJETO DE LEI Nº 0 6 2 , DE 10 DE JULHO DE 2023

“Altera a Lei nº 2.396, de 29 de novembro de 2013, que autoriza o Poder Executivo a aderir ao Programa Mais Médicos e dá outras providências.”

A PREFEITA MUNICIPAL DE CÁ CERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres -MT, aprovará e eu sancionarei a seguinte Lei:

Art. 1 ° A Lei nº 2.396, de 29 de novembro de 20 13, passa a vigorar com as seguintes alterações e com inclusão do art. 2ºA :

“(...) Art. 2º Fica instituído o pagamento de auxílio moradia e auxílio alimentação para os profissionais de medicina vinculados ao programa Mais Médicos lotados na Atenção Primária em Saúde do município de Cáceres .

Art. 2 ° A . Os valores pagos a cada profissional serão definidos de acordo com os critérios definidos pelo edital do Programa Mais Médicos a que cada profissional se encontrar vinculado, e serão regulamentados via decreto municipal, em consonância com os ciclos do referido programa.

Parágrafo único. Do instrumento regulamentador desta lei deverão constar os valores e as referências de valores estabelecidas em cada Edital do Programa Mais Médicos, bem como as regras para que o profissional possa fazer jus aos benefícios.

Art. 3º Em caso de desligamento ou afastamento do profissional do Programa Mais Médicos, os pagamentos deverão ser imediatamente suspensos . (...) ”



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação . Cáceres/MT, em 10 de julho de 2023.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS Prefeita Municipal de Cáceres”

No site do Governo Federal consta informação no sentido de que, o AUXÍLIO MORADIA e AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ficam a cargo dos gestores locais, que aderirem ao Programa Mais Médicos¹, senão vejamos:

“(...) Os gestores locais seguem com a responsabilidade de pagamento do auxílio moradia, alimentação e as demais despesas do programa ficam a cargo do Ministério da Saúde. Essa forma de contratação garante às prefeituras um menor custo, maior agilidade na reposição do profissional e a permanência nessas localidades.(...)” (gf)

E, pela leitura do presente projeto de lei, está se instituindo justamente o pagamento de auxílio moradia e auxílio alimentação para os profissionais de medicina vinculados ao programa Mais Médicos lotados na Atenção Primária em Saúde do município de Cáceres.

Assim, em que pese o artigo 2º-A preveja que *Os valores pagos a cada profissional serão definidos de acordo com os critérios definidos pelo edital do Programa Mais Médicos a que cada profissional se encontrar vinculado, e serão regulamentados via decreto municipal, em consonância com os ciclos do referido programa*, verifica-se que esses valores são de RESPONSABILIDADE dos gestores locais que aderirem ao programa. Vejamos:

¹ Fonte: <http://maismedicos.gov.br/noticias/376-com-goparticipacao-dos-municipios-mais-medicos-tera-10-mil-novas-vagas-em-todo-brasil> - acessado em 18/08/2023.



ESTADO DE MATO GROSSO CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

⚠ Não seguro | maismedicos.gov.br/noticias/376-com-capacidade-de-10-mil-novas-vagas-em-todo-o-brasil

Médico Intercomunitário

Especialização

Informe de rendimento

Validar declaração de participação

Apoio ao Médico



Foto: Marcelo Casagrande/Agência Brasil

GESTOR

Mais médicos para seu município

Apoio ao gestor

Perguntas Frequentes

O Ministério da Saúde amplia o programa Mais Médicos com a abertura de 10 mil novas vagas na modalidade de repartição de estado e municípios. O edital com as prioridades para a inscrição dos profissionais foi publicado nesta segunda-feira (14). Os municípios de maior vulnerabilidade social serão prioritários para garantir o acesso à saúde para a população em regiões de difícil urbanização e fixação de profissionais. A retomada do Mais Médicos é prioridade da Saúde Pública para assegurar atendimento médico nos vazios assistenciais do Brasil. Com essa expansão, o programa poderá chegar a mais de 10 mil novas vagas até o fim de 2023.

Todos os 3.570 municípios brasileiros poderão solicitar novas vagas na modalidade de repartição — uma parceria entre o Ministério da Saúde e municípios — até o dia 27/05. A portaria com as definições e o formulário de inscrição também deve ser divulgada nesta segunda. Nesse modelo, o Ministério da Saúde fornece o plano de atenção primária e define o valor de custo mensal da vaga. A remuneração dos médicos é baseada no plano de atenção primária e no plano de atenção secundária. O custo de atendimento é pago pelo município. Os demais custos do programa ficam a cargo do Ministério da Saúde. Essa forma de contratação garante às prefeituras um menor custo, maior agilidade na reposição do profissional e a permanência nas localidades.

Assim, considerando tratar-se de uma despesa permanente para o Município de Cáceres/MT, deve obrigatoriamente o projeto de lei vir acompanhado da: I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; e da II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, segundo determina a Lei de Responsabilidade Fiscal:

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de: (Vide ADI 6357)

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2º A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4º As normas do *caput* constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.”

Cumprido os requisitos legais, e, baseando nos fundamentos acima citados, voto pela conversão do presente em diligência, com fundamento no artigo 72, do Regimento Interno desta Casa de Leis, para que seja solicitado do Chefe do Poder Executivo os seguintes documentos:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

III – DA DECISÃO DA COMISSÃO:



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

A Comissão de Constituição e Justiça, Trabalho e Redação acolhe e acompanha o voto do Relator, votando pela conversão do presente em diligência, com fundamento no artigo 72, do Regimento Interno desta Casa de Leis, para que seja solicitado do Chefe do Poder Executivo os seguintes documentos:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Com a juntada da resposta do Poder Executivo Municipal, encaminhe os autos novamente ao Relator para proferir o seu voto.

É o nosso parecer, o qual submetemos à elevada apreciação Plenária.

Sala das Sessões, 18 de agosto de 2023.


Manga Rosa
PRESIDENTE


Pastor Júnior
RELATOR


Leandro dos Santos
MEMBRO



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

Ofício n.º 071/2024-Gab. Vereador Manga Rosa - PSB

Cáceres, MT, 16 de outubro de 2024.

A Sua Excelência

LUIZ LANDIM

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

Câmara Municipal de Cáceres/MT

NESTA

Com cópia

A Sua Excelência

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

Prefeita Municipal de Cáceres/MT

Endereço: Av. Brasil, 119 - COC, Cáceres - MT, 78210-906

Telefone: (65) 3224-2872

NESTA

Assunto: Encaminhamento de Pedido de Suspensão do “Projeto de Lei nº 062, de 10 de julho de 2023, que Altera a Lei nº 2.396, de 29 de novembro de 2013, que autoriza o Poder Executivo a aderir ao Programa Mais Médicos e dá outras providências.”.

Excelentíssimo Presidente,

A par de primeiramente cumprimenta-lo, venho respeitosamente à presença de Vossa Excelência, com fundamento no inciso II, alínea “c”, do artigo 24, do Regimento Interno¹ desta Casa de Leis, para encaminhar o “Projeto de Lei nº 062, de 10 de julho de 2023, que Altera a Lei nº 2.396, de 29 de novembro de 2013, que autoriza o Poder Executivo a aderir ao Programa Mais Médicos e dá outras providências.”, de autoria do Poder Executivo Municipal, para análise do Parecer da CCJ, que opinou pela suspensão temporária do referido projeto de lei, considerando a importância da matéria para a Classe Médica, que teve benefício do auxílio alimentação instituído pelo Poder Executivo Municipal e diante do período eleitoral vigente, que proíbe a criação

¹Art. 24. Compete ao Presidente da Câmara Municipal:

(...)

II – quanto às proposições:

(...)

c) **determinar a retirada de proposição da Ordem do Dia nos termos deste regimento;** (gf)



ESTADO DE MATO GROSSO
CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

deste benefício nesse período, devendo-se aguardar até a posse dos eleitos, que ocorrerá em janeiro de 2025, para uma nova análise da referida Proposição pela Comissão de Constituição, Justiça, Trabalho e Redação e da Comissão de Economia, Finanças e Planejamento.

Caso haja o mesmo entendimento da CCJ, sugerimos a comunicação formal à Excelentíssima Prefeita Municipal Antônia Eliene Liberato Dias.

No mais, reiteramos protestos de elevada estima, consideração e apreço.

MANGA ROSA

Presidente da Comissão de Constituição, Justiça, Trabalho e Redação
Câmara Municipal de Cáceres



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B4BE-1F3D-0BE8-ECB9

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FRANCISCO WELSON AMARANTE DOS SANTOS (CPF 984.XXX.XXX-72) em 21/10/2024 13:22:38
(GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cmcaceres.1doc.com.br/verificacao/B4BE-1F3D-0BE8-ECB9>

Programa

Mais Médicos

GOVERNO FEDERAL

(<http://maismedicos.gov.br/>)

Buscar no portal

Contato (/contato)

Fale Conosco (<http://maismedicos.saude.gov.br/contato.php>)

Área de Imprensa (/area-de-imprensa)

**INSCRIÇÕES ABERTAS
PARA O EDITAL DE
PROFISSIONAIS**

**MAIS
MÉDICOS**
PARA O BRASIL

INSCRIÇÕES DE

7 A 18 DE AGOSTO*

*ATE 18h DO HORÁRIO DE BRASÍLIA

(<https://maismedicos.saude.gov.br/loginExt.php>)

VOCÊ ESTÁ AQUI: PÁGINA INICIAL (/) > NOTÍCIAS (/NOTÍCIAS) > COM COPARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS, MAIS MÉDICOS TERÁ 10 MIL NOVAS VAGAS EM TODO BRASIL

 MENU

19/06/2023

Com coparticipação dos municípios, Mais Médicos terá 10 mil novas vagas em todo Brasil



(<http://facebook.com/share.php?u=http://maismedicos.gov.br/noticias/376-com-coparticipacao-dos-municipios-mais-medicos-tera-10-mil-novas-vagas-em-todo-brasil&t=Com+coparticipa%C3%A7%C3%A3o+dos+munic%C3%A9pios%2C+Mais+M%C3%A9dicos+ter%C3%A1+10+mil+novas+vagas+em+todo+Brasil>)



([http://twitter.com/intent/tweet?text=Com coparticipação dos municípios, Mais Médicos terá 10 mil novas vagas em todo](http://twitter.com/intent/tweet?text=Com+coparticipação+dos+municípios,+Mais+Médicos+terá+10+mil+novas+vagas+em+todo+Brasil&url=http://maismedicos.gov.br/noticias/376-com-coparticipacao-dos-municipios-mais-medicos-tera-10-mil-novas-vagas-em-todo-brasil)

Brasil&url=http://maismedicos.gov.br/noticias/376-com-coparticipacao-dos-municipios-mais-medicos-tera-10-mil-novas-vagas-em-todo-brasil) 

(<http://plus.google.com/share?url=http://maismedicos.gov.br/noticias/376-com-coparticipacao-dos-municipios-mais-medicos-tera-10-mil-novas-vagas-em-todo-brasil>)



Foto: Marcelo Comar/Agência Brasil

O Ministério da Saúde amplia o programa Mais Médicos com a abertura de 10 mil novas vagas na modalidade de coparticipação de estados e municípios. O edital com as orientações para a inscrição dos profissionais foi publicado nesta segunda-feira (19). Os municípios de maior vulnerabilidade social serão priorizados para garantir o acesso à saúde para a população em regiões de difícil provimento e fixação de profissionais. A retomada do Mais Médicos é prioridade do Governo Federal para assegurar atendimento médico nos vazios assistenciais do Brasil. Com essa expansão, o programa poderá chegar a mais de 15 mil novas vagas até o fim de 2023.

Todos os 5.570 municípios brasileiros poderão solicitar novas vagas na modalidade de coparticipação — uma parceria entre o Ministério da Saúde e municípios — até o dia 27/06. A portaria com as definições e critérios para os gestores locais também deve ser publicada nesta segunda. Neste modelo, o Ministério desconta do repasse do piso de Atenção Primária à Saúde o valor de custeio mensal da bolsa-formação dos médicos. Os gestores locais seguem com a responsabilidade de pagamento do auxílio moradia, alimentação e as demais despesas do programa ficam a cargo do Ministério da Saúde. Essa forma de contratação garante às prefeituras um menor custo, maior agilidade na reposição do profissional e a permanência nessas localidades.

Os médicos brasileiros formados no Brasil seguem sendo priorizados na seleção. No primeiro chamamento após a retomada do programa, divulgado em maio, mais de 34 mil médicos se inscreveram, um número recorde desde o lançamento da iniciativa pela presidenta Dilma Rousseff em 2013. Esses profissionais participaram da seleção para 5.970 vagas distribuídas em 1.994 municípios em todas as regiões do país.

[Clique para acessar o edital de inscrição dos profissionais \(/images/2023/edital_n11_16_junho_2023.pdf\)](#)

[Clique para acessar o cronograma desta etapa \(/images/2023/cronograma_edital_n11.pdf\)](#)

Incentivos aos profissionais

A retomada do Mais Médicos traz estratégias de incentivos aos profissionais e oportunidades de qualificação durante a atuação no programa. O médico que participa do programa poderá fazer especialização e mestrado em até quatro anos. Os profissionais também passarão a receber benefícios, proporcional ao valor mensal da bolsa, para atuarem nas periferias e regiões mais remotas.

Para apoiar a continuidade das médicas mulheres, também será feita uma compensação para atingir o mesmo valor da bolsa durante o período de seis meses de licença maternidade, complementando o auxílio do INSS. Para os participantes do programa que se tornarem pais, será garantida licença com manutenção de 20 dias.

O Mais Médicos também quer atrair os profissionais formados com apoio do Governo Federal. Os beneficiados pelo Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) que participarem do programa poderão receber incentivos de R\$ 238 mil a R\$ 475 mil, dependendo da vulnerabilidade do município e a permanência no programa por 48 meses. Assim, o profissional poderá ter auxílio para o pagamento de até 80% do financiamento.

Os profissionais também terão benefícios proporcionais ao valor da bolsa pelo tempo de permanência no programa e por atuação em áreas de alta vulnerabilidade. Esses incentivos podem chegar a R\$ 120 mil.

Crerios para adesão dos municípios

A adesão e o número de vagas possíveis aos municípios seguem critérios estabelecidos com base no Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). São eles:

- Município com índice maior ou igual a 0,4 no IPEA: oportunidade de solicitar um aumento de até 100% das Equipes de Saúde da Família;
- Municípios com pontuação de vulnerabilidade entre 0,3 e 0,4: solicitação de até 40% do aumento do número de equipes;
- Municípios com pontuação de vulnerabilidade igual ou inferior a 0,3 pontos: aumento de até 10% do total de equipes.

Cabe ao gestor, também, priorizar as alocações dos médicos nas equipes de atenção básica que estejam sem médicos e/ou que atendam populações que dependem exclusivamente do SUS, populações vulneráveis e historicamente excluídas, assim como garantir ao profissional os auxílios alimentação e moradia.

Após a etapa de validação das vagas dos municípios, o Ministério da Saúde publicará, desta vez, o chamamento aos profissionais inscritos no edital.

Ministério da Saúde

VOLTAR

^ Voltar para o topo

Mais Médicos

Conheça o Programa (/conheca-programa)
 Acesse o Sistema – SGP
 (http://maismedicos.saude.gov.br/loginExt.php)
 Legislação (/legislacao)
 Perguntas Frequentes (/perguntas-frequentes-faq)

Documentos

Editais Abertos / Anteriores
 (/editais-abertos-ant anteriores)
 Cronogramas (/cronogramas)
 Resultados (/resultados)

Notícias

Notícias (/todas-as-noticias)

Médico

Como se inscrever (/como-se-inscrever)
 Médico Intercambista (/medico-intercambista)
 Especialização (/especializacao)
 Informe de rendimento (/informe-de-rendimento)
 Validar declaração de participação
 (http://maismedicos.saude.gov.br/new)
 Apoio ao Médico (/materiais-de-apoio)

Gestor

Mais médicos para seu município
 (/mais-medicos-para-seu-municipio)
 Apoio ao gestor (/apoio-ao-gestor)
 Perguntas Frequentes
 (/perguntas2)

Sobre o Site

Acessibilidade (/acessibilidade)
 Mapa do Site (/mapa-do-site)



(http://www.acessoainformacao.gov.br/)

(http://www.brasil.gov.br/)

Desenvolvido com o CMS de código aberto Joomla (http://www.joomla.org)

^ Voltar para o topo